

DEMONSTRAÇÃO

50.182.327/0001-08 - NOVO SEGUROS S.A.

Balanço Patrimonial (BP)					
<u>Data de Início</u>	<u>Data de Fim</u>	<u>Publicação</u>	<u>Consolidada</u>	<u>Origem</u>	<u>Título</u>
01/01/2023	31/12/2023	28/02/2024	Não	Upload	Demonstrações Financeiras 31/12/2023
<u>Descrição</u>					
Demonstrações Financeiras 31/12/2023					

Novo Seguros S.A.

CNPJ 50.182.327/0001-08

Demonstrações financeiras

Em 31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório da administração.....	3
Balanços patrimoniais.....	5
Demonstrações do resultado	6
Demonstrações do resultado abrangente	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	7
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto	7
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras	8



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – NOVOS SEGUROS S/A

1) Perfil corporativo da Companhia

A Novo Seguros S/A é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 15 de março de 2023, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária e autorizada a operar pela Portaria SUSEP nº 109, de 20 de outubro de 2023 pelo tempo determinado de 36 (trinta e seis) meses em ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório), de acordo com a Resolução CNSP nº 381 de 04 de março de 2020 e Circular SUSEP nº 598 de 19 de março de 2020, além de Edital Eletrônico SUSEP n. 1, de 2021. Ainda que a autorização tenha ocorrido ao final do ano de 2023, o início das operações apenas ocorreu em janeiro de 2024.

A Companhia tem sede na Rua Edgar Gonçalves, n. 458, Campo Grande, Cariacica/ES, CEP: 29.146-550. Conforme firmado de plano, a Novo Seguros S/A é uma sociedade que tem autorização para operar seguros de danos, nos termos da autorização SUSEP n. 15414.649325/2021-33 e em consonância com a Carta Homologatória Eletrônica n. 06/2023/SUSEP. Ademais, tem como atividade econômica principal ser uma sociedade seguradora de seguros não vida, estando essa descrição estampada no espelho do Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ.

Compõem a Diretoria da Companhia: a) o Sr. Arthur Carlos Fraga Pessanha (Diretor Presidente e Diretor responsável pela participação no Sandbox Regulatório); b) Allan Amâncio dos Reis (Diretor Técnico e Financeiro) e c) Rodrigo Ferro Siqueira (Diretor de Tecnologia e Operações).

Ressalta-se que o artigo 21 da Resolução CNSP 381 de 2020, dispensa a obrigatoriedade de auditoria para as Seguradoras constituídas no âmbito do Sandbox Regulatório, entretanto, requer que apresente demonstrações financeiras em conformidade com a Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

2) Missão, visão e valores

A Novo Seguros S/A se enquadra como Insurtech, tendo os seguintes pilares: I) Missão: Ser a solução tecnológica inovadora e acessível de seguro para clientes que valorizam preço justo e atendimento de qualidade; II) Visão: ser referência nacional em inovação tecnológica em seguros em 3 (três) anos; III) Valores: Inovação, Ética e Pioneirismo.



Pautada nesses três pilares, a seguradora, pretende através de um método diferente, modificar a metodologia utilizada, hoje, no mercado, para a movimentação do mercado de seguros em território nacional.

Diante disso, o presente relatório, ainda que sucinto, busca demonstrar a realidade da atuação da Seguradora durante o ano de 2023, a fim de cumprir com a legislação vigente e, ao mesmo tempo, dar publicidade aos órgãos reguladores, ao mercado e à sociedade, sobre o panorama e as reais intenções da Companhia, para os próximos anos.

Desempenho no período

A Novo Seguros S.A., em seu primeiro ano como seguradora autorizada a operar pela Susep no ambiente regulatório experimental SandBox, focou a maior parte dos seus esforços em finalizar os procedimentos administrativos e, com isso, formatar a estrutura da companhia dar início às operações da Seguradora de maneira estratégica e com foco em seu crescimento com início no ano de 2024.

Assim sendo, no referido ano o movimento administrativo esteve focado na autorização da Seguradora. Isso já demonstra um grande avanço no mercado de seguros regional, considerando ser uma companhia 100% (cem por cento) capixaba e desvinculada da lógica de Instituições Bancárias que comercializam seguros.

Ato contínuo, o segundo movimento relevante, tem o escopo de demonstrar a integralização do Capital Social da Novo, também ratificado na mesma Portaria da SUSEP, no valor de R\$ 1.300.000,00 (um milhão e trezes mil reais).

Em sendo assim, os pontos relevantes que servem para o momento, a título de relatório administrativo apto à publicidade, seriam esses.

Cariacica, 28 de fevereiro de 2024



**Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em Reais)**

<u>ATIVO</u>	<u>Notas</u> <u>Explicativas</u>	<u>31/12/2023</u>
CIRCULANTE		<u>1.274.067,41</u>
Caixa e equivalentes de caixa		<u>1.274.067,41</u>
Caixa e bancos	6	1.274.067,41
TOTAL DO ATIVO		<u><u>1.274.067,41</u></u>

<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Notas</u> <u>Explicativas</u>	<u>31/12/2023</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7	<u>1.274.067,41</u>
Capital social		1.300.000,00
Prejuízos acumulados		(25.932,59)
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>1.274.067,41</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstração do resultado
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em Reais)

	<u>Notas</u> <u>Explicativas</u>	<u>31.12.2023</u>
Despesas com Tributos	15	(25.932,59)
(=) Resultado operacional		(25.932,59)
Prejuízo do Exercício		(25.932,59)
Quantidade de ações		10.000
Prejuízo por ação - R\$		(2,59)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em Reais)

	<u>31.12.2023</u>
Prejuízo do exercício	(25.932,59)
Resultado abrangente total	(25.932,59)
Resultado abrangente total atribuído aos acionistas	(25.932,59)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Valores expressos em Reais)

	Capital Social	Aumento de Capital em aprovação	Prejuízos acumulados	Tot
Constituição da empresa				
- Capital Inicial				
- AGE - Ata de Fundação de 15.03.2023	-	1.300.000,00		- 1.300.0
Homologação do capital social				
Portaria Susep DIR1/SUSEP N° 109 de 20.10.2023	1.300.000,00	(1.300.000,00)		
Prejuízo do exercício			(25.932,59)	(25.932,59)
Saldos em 31 de dezembro 2023	1.300.000,00	-	(25.932,59)	1.274.067,41

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa – Método indireto
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Valores em Reais)

	<u>31.12.2023</u>
Prejuízo do Exercício	<u>(25.932,59)</u>
Caixa consumido pelas operações	(25.932,59)
Caixa líquido consumido pelas operações	<u>(25.932,59)</u>
Atividades de financiamento	
Capital Inicial	1.300.000,00
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	<u>1.300.000,00</u>
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	<u><u>1.274.067,41</u></u>
Caixa no início do período	-
Caixa no fim do período	<u>1.274.067,41</u>
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	<u><u>1.274.067,41</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A **Novo Seguros S.A. (“Companhia”)**, é uma sociedade por ações de capital fechado, foi constituída em 15 de março de 2023, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária e autorizada a operar pela Portaria DIR1/SUSEP Nº 109 DE 20.10.2023 pelo tempo determinado de 36 meses em ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório), de acordo com a Resolução CNSP nº 381 de 04 de março de 2020 e Circular SUSEP nº 598 de 19 de março de 2020.

A Companhia tem por objeto social operar com seguros de danos, preponderantemente automóvel, em todo o território nacional, em conformidade com o Edital Eletrônico Susep nº 1 de 2021, e suas operações comerciais se iniciarão a partir do ano de 2024.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Administração em 28 de fevereiro de 2024.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

a. Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas que atuam no modelo regulatório experimental do Sandbox, nos termos da Resolução 381, de 04 de março de 2020, incluindo os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e normas do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em conformidade com a referida resolução e incluem os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1).

b. Base para mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção das provisões técnicas que seguem os critérios da SUSEP por meio da Resolução CNSP nº 381, de 4 de março de 2020 e dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. As demonstrações financeiras não estão sendo apresentadas de forma comparativa tendo em vista que suas atividades se iniciaram em 2023.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações financeiras a Administração é requerida a usar seu julgamento na determinação de estimativas que levam em consideração pressupostos e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de forma contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente. As análises dessas estimativas incluem: (i) informações sobre os julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; e (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

e. Continuidade

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse pressuposto. A Companhia possui a licença para operar no Sandbox Regulatório da Susep até outubro de 2026, no entanto, até outubro de 2026 a Companhia pretende solicitar autorização definitiva da SUSEP para operar como Seguradora na categoria de segmentação S3.

3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

de valor justo, que são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não detinha nenhum item de caixa e equivalente de caixa classificado como 'caixa restrito', bem como itens de caixa e equivalente de caixa dados como garantias a terceiros.

b. Ativos financeiros

Um ativo financeiro é classificado no momento do reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

- Valor justo por meio do resultado; e
- Empréstimos e recebíveis.

A Resolução nº 381 de 4 de março de 2020 estabelece que as sociedades seguradoras participantes do Sandbox Regulatório devem seguir os critérios para o registro, custódia e movimentação de ativos, títulos e valores mobiliários garantidores das provisões técnicas dispostos pela Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, além daqueles dispostos na regulação vigente do Conselho Monetário Nacional que se aplica às sociedades seguradoras.

Ativos financeiros designados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Esses ativos são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos na data de encerramento das demonstrações financeiras intermediárias nem efetuou transações com instrumentos derivativos durante o período.

c. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não derivativos (incluindo recebíveis)

Ativos financeiros são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; e
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida por meio do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida no resultado se o valor contábil exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado ao seu valor justo.

d. Passivos financeiros

Compreendem, substancialmente, fornecedores, impostos e contribuições e outras contas a pagar que são reconhecidos inicialmente ao valor justo.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

e. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Uma provisão passiva é reconhecida em função de um evento passado e que seja provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação no futuro. As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis e quando a probabilidade de perda é avaliada como “provável”, conforme critérios estabelecidos no pronunciamento técnico CPC 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não possui contingências ativas e passivas.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, e o seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável. Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados.

f. Imposto de renda e contribuição social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social correntes são calculados mensalmente com base no lucro tributável real mensal às alíquotas vigentes da data de apresentação das demonstrações financeiras. Os impostos correntes são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Os créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais de imposto de renda e/ou de bases negativas de cálculo da contribuição social sobre o lucro, e aqueles decorrentes de diferenças temporárias entre os critérios contábeis e fiscais de apuração de resultados são desreconhecidos quando a Companhia não apresentar histórico de lucros tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, conforme o caso, comprovado pela ocorrência de prejuízos fiscais, ou não houver expectativa de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para que o crédito tributário seja utilizado.

Os créditos tributários, decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas da Contribuição Social são controlados na escrituração fiscal.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

g. Apuração do resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência.

4. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor. A natureza e a vigência de cada uma das novas normas e alterações são descritas a seguir:

Pronunciamento	Descrição	Vigência
CPC 48 – Instrumentos Financeiros	Refere-se orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, um novo modelo de perda esperada de crédito, para o cálculo da redução ao valor recuperável de ativos financeiros e novos requisitos sobre a contabilização do hedge	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2018. Foi referendado pela Susep e será aplicável a partir de 02.01.2024
IFRS 17 – Contratos de Seguros	Estabelece princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação dos contratos de seguro emitido	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023. Somente será aplicável quando referendado pela SUSEP
ICPC 22 – Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro	Esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro	Exercícios anuais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019. Somente será aplicável quando referendado pela SUSEP

Até a data da emissão dessas demonstrações financeiras, a Administração não finalizou a avaliação dos efeitos dos novos pronunciamentos, estando assim impossibilitada de divulgar tais efeitos.

5. Gerenciamento de riscos

A SUSEP estabelece que as entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização, sociedades seguradoras e resseguradoras locais avaliem de forma geral a sua exposição aos seguintes riscos, provenientes de suas operações e de suas atividades de investimentos financeiros:

a. Risco de seguros

Estratégia de subscrição: A Companhia realiza um processo de seleção de riscos com base em perfis de interesse, visando atingir uma frequência de sinistros apropriada para a carteira e minimizar incidentes de fraude. Os perfis de interesse para os produtos de cobertura de são avaliados por meio de modelos e tecnologias proprietárias para atingimento de resultados consistentes e redução de vieses de julgamento humano.

Os riscos da Companhia são pulverizados entre milhares de clientes com importâncias seguradas máximas pré-determinadas e baixo impacto de riscos individuais para o resultado da carteira.

A política de aceitação de riscos abrange a totalidade dos ramos de seguros operados e considera a experiência do setor e premissas atuariais.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente de recebíveis de clientes e em ativos financeiros.

Composição da carteira por classe e por categoria contábil:

Ativo			31/12/2
	Rating BB- (*)	Sem rating	Saldo Cont
Caixa e equivalentes de caixa	1.274.067,41		1.274.067,41
Exposição máxima ao risco de crédito	1.274.067,41		1.274.067,41

(*) rating Banco do Brasil – Standard & Poors

c. Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez se dá pela capacidade da Companhia gerar, através do curso normal do negócio bem como com o gerenciamento do seu portfólio de investimentos, o volume de capital suficiente para saldar seus compromissos, sejam estes referentes às despesas operacionais ou mesmo à cobertura das reservas relacionadas aos riscos do negócio.

A Companhia estabelece políticas de investimento para medir e assegurar a liquidez necessária ao cumprimento de suas obrigações, voltada para a garantia da operação e crescimento.

d. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, ações concorrenciais ou mudanças sociais podem ter sobre a Companhia.

A Companhia monitora esses riscos através de pesquisas, gestão de ativos financeiros e análises concorrenciais e testes de sensibilidade que demonstram os impactos possíveis no resultado.

A Companhia atua no mercado segurador, cuja principal função é a preservação do patrimônio de seus clientes e embora esteja sujeita ao risco de redução de volumes de subscrição relacionados ao poder de compra dos consumidores, o efeito observado tem sido o oposto: a estratégia de preços reduzidos da Companhia tem atraído consumidores que buscam redução de custos com os produtos de seguros e preservação de seu patrimônio.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

e. Risco operacional

A Companhia define risco operacional como o risco de perdas resultantes de processos internos falhos ou inadequados, provenientes de todas as áreas de negócios.

f. Risco de capital

O principal objetivo da Companhia em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar os retornos sobre capital aos acionistas.

A Companhia apura o Capital Mínimo Requerido (CMR) em conformidade com as regulamentações emitidas pela CNSP e SUSEP, vide nota explicativa 7.d

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2023
Bancos conta movimento	1.274.067,41
Total	<u>1.274.067,41</u>

7. Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é representado por 10.000 ações nominativas, sem valor nominal.

Atos Societários

Foi deliberado, na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de março de 2023, capital inicial da Companhia no montante de R\$ 1.300.000,00, dividido em 10.000 (dez mil) ações nominativas sem valor nominal. O capital inicial da Companhia foi aprovado pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

b. Reserva de Lucros

Compõem as reservas de lucros:

- **Legal:** 5% do lucro líquido, limitada a 20% do capital social; e
- **Estatutária:** Dispõe o estatuto que o lucro remanescente será destinado a formação de reserva legal e reserva de contingência, cujo total não poderá exceder o capital social.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

c. Dividendos

É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício anual, de acordo com a Lei nº 6.404/76 e alterações.

d. Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e exigência de capital – Estrutura Simplificada

A Resolução CNSP nº 381, em vigor a partir 4 de março de 2020, regula o cálculo do Capital Mínimo Requerido (CMR): Capital total que a sociedade seguradora participante do Sandbox Regulatório deverá manter para operar, sendo equivalente ao maior valor entre o capital base e o capital de risco. A tabela a seguir apresenta os níveis de suficiência de Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) frente ao CMR e de liquidez em relação ao CMR, segundo os normativos vigentes.

O quadro abaixo representa o Capital Mínimo Requerido, segundo os normativos vigentes:

	31.12.2023
Patrimônio líquido	1.274.067,41
Patrimônio líquido ajustado (a)	1.274.067,41
Capital base (b) *	<u>1.000.000,00</u>
Capital de Risco	-
Capital de Risco (c)	<u>-</u>
Capital mínimo requerido (d) [maior entre (b), (c)]	<u>1.000.000,00</u>
Suficiência de capital (e = -1 - d)	<u>274.067,41</u>
(%) Suficiência de capital (e/d)	27%

(*) **Capital base:** Montante fixo de R\$ 1.000.000,00 que a sociedade seguradora participante do Sandbox Regulatório deverá manter, a qualquer tempo de acordo com a Resolução 381, de 4 de março de 2.020.

8. Detalhamento das contas de resultado

a. Despesas com tributos

	31.12.2023
Taxa de fiscalização - Susep	(25.932,59)
Total	<u>(25.932,59)</u>

9. Eventos subsequentes

Não foram identificados eventos subsequentes até o encerramento da presente demonstração financeira.



Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023
(Em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Conselho de Administração

Arthur Carlos Fraga Pessanha

Rafael Santana Mendonça

Poliana Rodrigues Castro

Diretoria

Arthur Carlos Fraga Pessanha – Diretor Presidente

Allan Amâncio dos Reis – Diretor Técnico e Financeiro

Rodrigo Ferro Siqueira – Diretor de Tecnologia e Operações

Contador: Maurício Gonçalves Camilo Pinto – CRC 1SP145786/O-7

Atuário: Leonardo Da Silva Tersino – MIBA 1686



SOBRE
FALE CONOSCO

CONSULTA

PARTICIPANTES

LOGIN

Versão: 0.0.1-1419855